

PETROPOLITANAS

POR REDAÇÃO



Divulgação

Fazenda Legal reúne cerca de 80 produtores rurais

Programa Agro RJ chega a Petrópolis

Áreas de produção rural de Petrópolis irão receber o "Programa Agro RJ" do governo do estado. O programa de apoio aos produtores é uma prioridade para o governador Cláudio Castro. O anúncio foi feito pelos secretários de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Dr. Flávio, e do Ambiente e Sustentabilidade, Bernardo Rossi, no evento "Fazenda Legal", que reuniu produtores

rurais no Hortomercado Municipal José Carneiro Dias, em Itaipava. Hoje cidade conta com cerca de 830 famílias que vivem da produção rural. O "Programa Agro RJ" é uma iniciativa do governo do estado, realizado por meio da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e engloba ações e iniciativas voltadas para o desenvolvimento do setor agropecuário.

Gratuidade

A Câmara de Petrópolis aprovou nesta quarta-feira (20), em segunda discussão, uma emenda ao artigo 1º da lei 4.872, que trata da gratuidade de acompanhantes para pessoas com Déficit de Atenção, Hiperatividade e TDH, no transporte coletivo do município, desde que

comprovada a necessidade do acompanhamento por laudo médico. O texto foi aprovado com 10 votos. Com a inclusão do inciso V, aprovado na Câmara, o executivo terá mais um ponto para se debruçar quanto as gratuidades no transporte e no cálculo do subsídio.



Divulgação

Encontro acontecerá no Cefet/RJ - Petrópolis

Violência sexual é tema de palestra no Cefet Petrópolis

O Cefet/RJ Petrópolis realiza no dia 27 de agosto (quarta-feira) a palestra "Violência sexual, um olhar sobre um assunto tão delicado". Promovido pelo Centro de Referência em Atendimento à Mulher (Cram) de Petrópolis, em parceria com a Seção de Articulação Pedagógica (Saped) da instituição, o evento acontecerá a

partir das 18h30 no Salão Nobre da unidade. A palestra será ministrada por Mary Laura Garnica Pérez, médica perita legista e diretora do Posto Regional Técnico-Científico (PRPTC) de Petrópolis. O evento tem como principal objetivo falar sobre a violência sexual – um assunto tratado como tabu em diversos contextos.

Unidade-móvel do Estado

Petrópolis recebe nesta sexta-feira (22) o "TB sobre rodas", uma unidade-móvel do Governo do Estado voltada à prevenção e ao diagnóstico precoce da tuberculose. O veículo é equipado com consultório e estrutura de apoio, e ficará na Praça da Inconfidência, no Centro, das

9h às 15h. A unidade vem percorrendo o estado do Rio de Janeiro para levar informação sobre a tuberculose e faz parte das ações do "Agosto Laranja", mês de conscientização e mobilização contra a doença. O Estado do Rio tem uma das taxas de incidência mais altas do país.

No pé do executivo

O vereador Léo França (PSB) está no pé do executivo. O parlamentar protocolou na Câmara, um projeto de lei que visa a proibição de novas contratações pela prefeitura quando o município estiver com decreto de calamidade financeira, exceto em casos essenciais. O projeto ainda tramita pe-

las comissões. Apesar da medida, como o município obtém grande parte do apoio dos vereadores, Léo precisará de muita articulação com os pares, a fim de que o projeto avance e que por fim, promulguem o texto, tendo em vista que o município não deve aprovar a medida.

Vistoria nas 'casinhas' será realizada em setembro

Placas de área de preservação ambiental serão instaladas

Por Gabriel Rattes

Uma vistoria conjunta nos arredores do Conjunto Habitacional Rayane Aparecida Figueiras Lourenço, conhecido como "casinhas do Quitandinha", foi marcada para o dia 8 de setembro, às 9h, em Petrópolis. A decisão foi tomada após audiência realizada nesta quarta-feira (20), na 1ª Vara Federal, que voltou a debater a ação judicial sobre a comunidade, em disputa há mais de 20 anos.

A inspeção contará com equipes da Assistência Social, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), secretarias de Obras, Planejamento e Habitação, Defesa Civil, além do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH). Segundo o juiz, até a vistoria, deverão estar instaladas as placas de área de preservação ambiental, além do cercamento e cadastramento das famílias. Uma nova audiência ficou marcada para o dia 22 de outubro.

Audiência

A sessão é um desdobramento da decisão judicial proferida em junho deste ano, que determinou a demolição de construções irregulares na área. Em 29 de julho, uma operação chegou a ser iniciada, mas foi interrompida após reclamações de moradores que alegaram não terem sido avisados previamente.

A ação, determinada pela Justiça Federal, teve como alvo construções não habitadas consideradas irregulares em áreas de preservação ambiental e ris-



Reprodução

Manifestação foi realizada na tarde desta quarta-feira em frente a prefeitura

co geológico. Segundo relatos, anexos como garagens e comércios começaram a ser derrubados, mas nenhuma residência habitada foi demolida.

O processo, que tramita há mais de 20 anos na Justiça Federal, envolve o Ministério Público Federal (MPF), o Município de Petrópolis e a Companhia Municipal de Desenvolvimento de Petrópolis (Comdep).

Pontos abordados

Durante a sessão, o Procurador da República Charles Stevan Mota ressaltou que moradores precisam ser informados sobre os riscos de novas construções, lembrando que casas já habitadas terão medidas discutidas em momento posterior. Ele classificou como "absurdo" o fato de haver duas unidades habitacionais vazias - conforme relato de uma das moradoras - enquanto existe fila de espera por moradia.

O CDDH defendeu que não pode legitimar demolições e sugeriu suspender as ações no local até a vistoria. A entidade também pediu a finalização dos cadastros dos moradores e uma nova audiência, diante do clima acalorado da reunião.

O ICMBio reforçou que sua atuação é técnica e colocou sua equipe à disposição para ações de conscientização ambiental com os moradores, além de monitorar novas construções na área de preservação.

Já a Prefeitura defendeu que cada casa deve passar por análise técnica, considerando risco ambiental e socioeconômico, para definir se há possibilidade de permanência.

Placas estão prontas

A presidente da Comdep, Fernanda Ferreira, lembrou que o conjunto habitacional surgiu em resposta a uma tragédia e ressaltou que a comunida-

de é socialmente vulnerável. Ela pediu "um olhar humano" para as famílias que vivem no local e anunciou que placas informativas sobre a área de preservação ambiental já estão prontas e serão instaladas em parceria com o ICMBio.

Determinação judicial

O juiz da 1ª Vara Federal também determinou que os policiais militares que atuarem nas próximas operações recebam orientação para não constranger os moradores, após relatos feitos durante a audiência.

Manifestação

Uma manifestação foi realizada, na tarde desta quarta-feira (20), por moradores da Rua Ceará em frente a sede da Prefeitura Municipal de Petrópolis, na Avenida Koeler. A ação foi realizada momentos antes do início da audiência na 1ª Vara Federal.

Ação de Petrópolis contra GE Celma sobre ICMS é extinguida

Arquivo/TV Correio da Manhã

Por Gabriel Rattes

A disputa judicial que chegou a garantir R\$ 30 milhões a mais por mês para os cofres de Petrópolis teve um desfecho desfavorável ao município nesta quarta-feira (20). A 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro decidiu extinguir sem julgamento de mérito a ação movida pela Prefeitura de Petrópolis contra a empresa GE Celma. A relatora, desembargadora Inês Trindade Chaves de Melo, destacou que a fiscalização sobre o preenchimento da Declan-IPM - documento que serve de base para calcular a divisão do ICMS entre os municípios - é competência exclusiva do Estado do Rio de Janeiro, e não do município. Com a decisão, o município não terá qualquer ganho imediato de receita.

A ação em questão foi protocolada ainda durante a gestão do ex-prefeito Rubens Bomtempo, que defendia que a GE Celma teria cometido erros no preenchimento das declarações, reduzindo a participação de Petrópolis nos repasses do imposto.

No entanto, desde o início, a empresa alegou que apenas seguiu estritamente as normas técnicas estabelecidas pela Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ/RJ), argumento que acabou prevalecendo no tribunal.

O Ministério Público já havia se posicionado no mesmo sentido, afirmando que nem Petrópolis nem qualquer outro município tem legitimida-



Declan-IPM é competência do Estado, segundo o Tribunal

de para mover ações desse tipo contra contribuintes de ICMS. Para os procuradores, se há discordância, o processo deveria ser direcionado contra o Estado.

Participação na sessão

A reunião que acompanhou o julgamento contou com autoridades locais. Estiveram presencialmente o prefeito Hingo Hammes e o vereador Léo França. Já de forma remota, participaram o vereador Tiago Leite Guel, o ex-procurador Miguel Barroso (da gestão Bomtempo), a Secretária-Chefe de Gabinete de Petrópolis, Ronsagela Stumpf, e representantes do escritório Sardinha, responsável pela sustentação oral em defesa do município.

Posicionamento da Prefeitura

Procurada pela redação do Correio Petropolitano, a Prefeitura de Petrópolis ressaltou que, desde janeiro, quando a atual gestão assumiu o governo, vem

trabalhando para conseguir reverter a queda do ICMS. "O município solicitou ao Governo do Estado, por meio de requerimento, a atualização do Manual de Instruções de Preenchimento Declan/IPM, que é o guia que dá as diretrizes para as empresas declararem as atividades".

De acordo com o prefeito Hingo Hammes, com esta revisão, acontecendo de forma administrativa, existe mais segurança na manutenção da revisão do aumento do repasse do imposto para o município. "Enquanto aguarda essa atualização por parte do Governo do Estado, a Prefeitura continua buscando juridicamente o direito sobre o valor correto do ICMS", finalizou.

Briga judicial desde 2023

Após diversas decisões judiciais, o IPM de Petrópolis apresentou uma queda significativa, de forma escalonada, desde maio de 2023.

Naquele ano, a Prefeitura obteve decisão liminar na 4ª Vara Cível obrigando a GE Celma a retificar informações na Declan-IPM. O percentual de participação subiu de 1,419 para 4,885, o que gerou cerca de R\$ 30 milhões a mais por mês para os cofres municipais. Situação semelhante ocorreu em outros municípios: Volta Redonda (com a CSN), Angra dos Reis (com a Petrobrás) e Mangaratiba (com a Vale S/A).

Com o aumento para essas quatro cidades, outros municípios alegaram perdas expressivas. Teresópolis ingressou com ações no TJRJ, seguida por Duque de Caxias e Niterói, todos temendo drástica redução de receitas. O recurso de Teresópolis foi atendido, e o IPM de Petrópolis foi reduzido em agosto de 2023.

Ainda naquele ano, o ministro Cristiano Zanin, do STF, concedeu liminar que restaurou temporariamente o aumento de Petrópolis, sob o argumento de risco à cidade diante da demora na sentença definitiva.

Em 2024, a disputa também chegou ao STJ, onde a ministra Maria Thereza de Assis Moura rejeitou recurso de Rubens Bomtempo contra a decisão do TJRJ. No mesmo ano, o STF, sob relatoria do presidente Luís Roberto Barroso, decidiu pela diminuição do IPM de Petrópolis, mas determinou que os valores recebidos a mais não fossem devolvidos de uma só vez. Foi definido um cronograma de redução escalonada de 3,907 para 1,079 até janeiro de 2025, com devolução parcelada até 2028.